



Simulado Final

TJ RN

Analista Judiciário
Direito - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TJ RN – Cargo: Agente de Defensoria Pública –
Administração

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ RN (Agente de Defensoria Pública);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-RN-Analista-27-05>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo*

01. Todas as frases abaixo expressam uma opinião; aquela que expressa uma opinião alheia de forma neutra, é:

- a) Como afirmam os jornalistas, a notícia precisa ser apurada com profissionalismo e objetividade.
- b) Considero inadmissível que haja fome ainda no mundo.
- c) Penso que os novos programas governamentais deveriam estabelecer regras mais claras para participação.
- d) Há quem defenda a concentração de poder em uma única figura, mas eu discordo.
- e) Há uma década, alguém acreditaria que viveríamos esse grotesco aumento de crimes cibernéticos?

02. “Cana-de-açúcar: um substantivo composto que remonta parte importante da história nacional. Há um tanto grande de vergonha por trás desse produto. No curso da história, a exploração de mão de obra escravizada e as marcas indelévels deixadas pelo período revelam dor e reivindica reparação”.

Esse fragmento exemplifica o seguinte tipo textual:

- a) texto explicativo: procura informar e tornar mais claro um tema, com função pedagógica;
- b) texto narrativo: relata um fato ou um acontecimento, situando-o em seu desenvolvimento no tempo e no espaço;
- c) texto argumentativo: pretende convencer o leitor da correção de uma ideia, apoiando-se em argumentos ou exemplos;
- d) texto descritivo: traduz um esforço de evocar uma realidade por meio de palavras;
- e) texto injuntivo: manifesta uma intenção sobre o outro, por meio de avisos, conselhos, proibições etc.

03. A frase abaixo que exemplifica a função metalinguística da linguagem, é:

- a) Gramática é um compêndio de regras e descrições de uma determinada língua;
- b) Desempenhe bem a sua função; não controlamos as consequências de nossas ações.
- c) A saudade que sinto não cabe em meu peito. Transborda em meus olhos.
- d) O poeta é um escultor; isto é, ele imprime nas palavras as imagens de sua alma.
- e) Amor é fogo que arde sem se ver / é ferida que dói, e não se sente; / é um contentamento descontente

04. Um dos problemas muito comuns na estruturação de um texto é a presença de ambiguidade sintática, ou seja, a possibilidade de mais de um entendimento para uma só frase. A frase abaixo que está livre de qualquer ambiguidade é:

- a) Os diretores falaram com os funcionários que aguardavam o próximo lançamento.
- b) A garota viu o vizinho correndo.
- c) Entraram no site e compraram um computador rápido.
- d) Andréia pediu a Fabiano que pegasse sua mochila na sala.
- e) Havia uma suspeita em relação a quem seria o culpado.

05. Um estudo da Universidade Oxford com base em dados de seis países desenvolvidos indica que a exigência de passaporte de vacina da Covid-19 para frequentar locais públicos aumentou o ritmo das campanhas de imunização. Esse efeito foi observado em quatro de seis países analisados: França, Itália, Suíça e Israel. Os cientistas explicam que, apesar de as políticas de passaporte de vacina desses países terem sido desenhadas para evitar situações de superdisseminação do vírus, a medida serviu também como um forte incentivo para reduzir os casos de hesitação vacinal, no qual moradores dos países se recusam ou demoram a buscar o imunizante. (O Globo)

A exigência de passaporte de vacina

- a) foi uma política implementada por países desenvolvidos
- b) foi uma medida tomada para aceleração da vacinação
- c) não atendeu aos seus propósitos iniciais
- d) foi proposta por cientistas de seis países
- e) foi uma medida adotada com o objetivo de controle pandêmico

06. Em muitas frases estabelecemos comparações entre elementos do texto, tanto de forma objetiva como de forma figurada. Assinale a frase abaixo que não exemplifica qualquer tipo de comparação.

- a) "A gentileza, bem como o amor, transforma uma vida".
- b) "Paz é manter-se calmo apesar do caos".
- c) "O amor consiste em doação permanente, como uma fonte de águas na nascente".
- d) "A saudade é um cais onde se finca o pé vendo o mar".
- e) "Ter paz é melhor do que ter razão".

07. Em todas as opções abaixo, há a passagem de uma frase de discurso direto para o discurso indireto.

Assinale a opção em que essa modificação foi feita de forma adequada.

- a) "Todos os funcionários devem trazer o questionário avaliativo amanhã", disse o gerente; / o gerente disse que todos deviam trazer amanhã o questionário avaliativo.
- b) "Ontem não houve expediente; as horas deverão ser compensadas na semana que vem", informou o diretor; / o diretor informou que, como ontem não houve expediente, as horas deveriam ser transferidas para a próxima semana.
- c) "No final deste ano, eu já terei concluído o levantamento", disse meu analista; / Meu analista disse que, no final do ano seguinte, ele já teria terminado o levantamento.
- d) "Abriremos mais cedo hoje" disse o supervisor; / O supervisor disse que abririam mais cedo naquele dia.
- e) "Quando chegar, vá direto a minha sala", ordenou o advogado à secretária; / O advogado ordenou à secretária que fosse rapidamente a sua sala.

08. Em todas as frases abaixo há a supressão intencional de um ou mais vocábulos (elipse), que podem ser inferidos pelos vocábulos restantes. A frase abaixo que se mostra completa, sem qualquer elipse, é:

- a) Viver a vida não é viver inconsequentemente; é aproveitar cada momento.
- b) Numa manhã, louca; na outra, prudente.
- c) Inesquecível a minha infância;
- d) Os ventos levam tristezas passadas para o mar do esquecimento;
- e) As oportunidades não aparecem todos os dias; vão para nunca mais..

09. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicativo de crase é obrigatório na palavra destacada em:

- a) **Aqueles** que me incentivaram devo o meu agradecimento.
- b) O aquecimento global agravou **a** situação climática de todos os países.
- c) Em relação **a** compras no cartão, ninguém conseguia se organizar.
- d) Encontraram **aqueles** que se diziam heróis.
- e) Os jovens soldados deviam obediência **a** superiores na hierarquia.

10. "A relação amistosa existente entre líderes e liderados produz bons frutos. A amizade deve ser a base de qualquer tipo de sociabilidade". A relação semântico-gramatical que existe entre amistosa / amizade se repete em:

- a) evidência / evidentemente
- b) rapidez / rapidamente
- c) importante / importância
- d) amar / amor
- e) entretenimento / entreter

11. O segmento abaixo que mostra uma estrutura textual diferente da que aparece nas definições:

- a) A qualidade de vida é o método utilizado para mensurar as condições de vida de um ser humano.
- b) Sustentabilidade é a característica ou condição de um processo ou de um sistema que permite a sua permanência, em certo nível, por um determinado prazo.
- c) O limite é responsável pelo estabelecimento de diretrizes legais para o convívio em sociedade.
- d) A vida é um delicado equilíbrio entre tomar boas decisões e evitar perigos.
- e) Sonho: uma experiência de imaginação do inconsciente durante nosso período de sono.

12. A frase abaixo que foi construída exclusivamente por linguagem formal é:

- a) Todos estavam dispostos a coroar ela como a melhor profissional do trimestre.
- b) Os jogadores discordavam com a atitude do árbitro.
- c) Sua atitude implica em demissão.
- d) Nos presenteou com sua alegria enquanto esteve aqui.
- e) Ele não nos avisou de que chegaria tarde.

13. "Não é coisa reprovável, mas altamente louvável, tomar emprestadas de uma língua estrangeira as sentenças e palavras e incorporá-las na própria".

A frase abaixo em que o estrangeirismo sublinhado mostra uma incorporação completa ao nosso idioma é:

- a) Estavam todos preparados para o show.
- b) A construção de uma identidade visual é importantíssima no marketing.
- c) O serviço de delivery está em franca expansão.
- d) O brasileiro precisa conviver com o estresse diário.
- e) O videogame pode ser utilizado como recurso pedagógico.

14. Assinale a frase argumentativa que representa um raciocínio indutivo.

- a) Muitos alunos terminam a prova antes do tempo; João deverá terminar no tempo correto.
- b) O desmatamento local piorou nos últimos anos; a vida na europa não tem sido tão fácil como um dia dizem ter sido.
- c) Investimento estrangeiro na economia nacional pode ser uma boa saída.
- d) Devido ao acúmulo de chuvas no final do mês previsto para a região, João reforçou a estrutura de sua casa.
- e) Uma escola privada da região foi invadida durante o horário de aula. As escolas precisam reforçar a segurança dos alunos e controlar o acesso a suas dependências.

15. Assinale a opção que apresenta a dedução correta da frase abaixo

"Sou amigo de Platão, mas sou mais amigo da verdade."

Aristóteles

- a) Platão não falava a verdade.
- b) Platão e Aristóteles seguiam linhas filosóficas distintas.
- c) Aristóteles se colocaria, pela verdade, contra Platão
- d) As ideias de Platão são opostas ao conceito de verdade.
- e) Aristóteles intermediava sua existência pelo sentimento de amizade.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 16, 17, 18 E 9

Nem anjo nem demônio

Desde que a TV surgiu, nos anos 40, fala-se do seu poder de causar dependência. Os educadores dos anos 60 bradaram palavras acusando-a de "chupeta eletrônica". Os militantes políticos creditavam a ela a alienação dos povos. Era um demônio que precisava ser destruído. Continuou a existir, e quem cresceu vendo desenhos animados, enlatados americanos e novelas globais não foi mais imbecilizado – ao menos não por esse motivo. Ponto para a televisão, que provou também ser informativa, educativa e (por que não?) um ótimo entretenimento. Com exceção da qualidade da programação dos canais abertos, tudo melhorou. Mas começaram as preocupações em relação aos telespectadores que não conseguem dormir sem o barulho eletrônico ao fundo. Ou aos que deixam de ler, sair com amigos e até de namorar para dedicar todo o tempo livre a ela, ainda que seja pulando de um programa para o outro. "Nada nem ninguém me faz sair da frente da TV quando volto do trabalho", afirma a administradora de empresa Vânia Sganzerla.

Muitos telespectadores assumem esse comportamento. Tanto que um grupo de estudiosos da Universidade de Rutgers, nos Estados Unidos, por meio de experimentos e pesquisas, concluiu que a velha história do vício na TV não é só uma metáfora. "Todo comportamento compulsivo ao qual a pessoa se apegue para buscar alívio, se fugir do controle, pode ser caracterizado como dependência", explica Robert Kubey,

diretor do Centro de Estudos da Mídia da Universidade de Rutgers.

Os efeitos da televisão sobre o sono variam muito. "Quando tenho um dia estressante, agitado, não durmo sem ela", comenta Maurício Valim, diretor de programas especiais da TV Cultura e criador do site Tudo sobre TV. Outros, como Martin Jaccard, sonorizador de ambientes, reconhecem que demoram a pegar no sono após uma overdose televisiva. "Sinto uma certa irritação, até raiva, por não ter lido um bom livro, namorado ou ouvido uma música, mas ainda assim não me arrependo de ver tanta TV, não. Gosto demais." É uma das mais prosaicas facetas desse tipo de dependência, segundo a pesquisa do Centro de estudos da Mídia. As pessoas admitem que deveriam manejar, mas não se incomodam a ponto de querer mudar o hábito. Sinal de que tanto mal assim também não faz.

(SCAVONE, Míriam. Revista Claudia. São Paulo: Abril, abr. 2002. P.16-7)

16. Pesquisadores da universidade americana concluíram que

- a) vício em televisão é apenas uma metáfora.
- b) o uso da televisão pode, sim, ser caracterizado como uma dependência.
- c) há apenas um preconceito em relação ao uso da televisão.
- d) não se pode associar o vício ao ato de assistir à tv.
- e) a televisão é prejudicial à saúde.

17. O trecho sublinhado em " e quem cresceu vendo desenhos animados, enlatados americanos e novelas globais não foi mais imbecilizado" exerce a mesma função do trecho destacado em:

- a) Havia seis pessoas dentro do carro.
- b) Na última noite, todos precisaram se retirar.
- c) Consideraram-na culpada.
- d) Depois de toda temporada, aumentam os preços dos produtos comemorativos.
- e) Novos integrantes foram convocados pelo gerente.

18. A expressão "chupeta eletrônica" confere, no contexto em que foi empregada, uma ideia de:

- a) tecnologia
- b) desenvolvimento
- c) infantilidade
- d) modernidade
- e) alienação

19. O trecho que aparece entre parênteses em "...provou também ser informativa, educativa e (por que não?) um ótimo entretenimento" tem a função textual de

- a) introduzir uma visão negativa do autor sobre a informação dada
- b) fazer um questionamento ao leitor para aproximá-lo do texto
- c) gerar dúvida sobre a informação trazida
- d) inserir uma informação nova
- e) reafirmar uma informação possivelmente negada pelo senso comum.

20. A frase em que os pronomes demonstrativos estão adequadamente empregados é:

- a) No meu trabalho havia dos sujeitos atípicos; estes sujeitos tinham manias peculiares.
- b) No próximo ano, farei minha viagem dos sonhos; aquele ano será inesquecível.
- c) Na Idade Média, havia um outro conceito de família; naquele tempo, uma relação econômica entre os familiares era o que se destacava.
- d) Maria e José são felizes com suas profissões; esta é professora, aquele é contador.
- e) Conquistei muitas coisas ano passado; aquele ano foi maravilhoso.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Tiago Zanolla

21. A respeito da divisão judiciária do estado do Rio Grande do Norte, consoante a LC 643/2018, assinale a opção incorreta

- a) Para fins de administração do Poder Judiciário, o Estado do Rio Grande do Norte se divide em mesorregiões geográficas, comarcas e termos, constituindo-se em duas circunscrições, capital e interior, para os atos de competência do Tribunal de Justiça.
- b) A Comarca abrange o território de um ou mais termo e, eventualmente, o de comarcas agregadas.
- c) O município sede da comarca constitui um termo.
- d) Uma Mesorregião é a subdivisão geográfica que congrega diversos municípios de uma mesma área com similaridades econômicas e sociais.
- e) Criado um novo município, o Tribunal de Justiça, mediante resolução, definirá a comarca a que passa a integrar como termo judiciário.

22. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a são requisitos observados

- a) No máximo 25.000 mil habitantes
- b) Eleitorado não inferior a 50% da população.
- c) Distribuição média de casos novos igual ou superior ao dobro da média de casos novos por magistrado no último triênio.
- d) População mínima de 75.000 habitantes.
- e) Distribuição de casos novos igual ou superior ao quádruplo da média de casos novos por magistrado no último triênio.

23. A criação de uma comarca envolve diversos fatores. Abaixo, assinale a alternativa que tem, exclusivamente, requisitos para criação de comarcas.

- a) população mínima de 12.000 habitantes, eleitorado igual ou superior a 8.000 eleitores inscritos e estimativa de distribuição de casos novos igual ou superior a 50% da média de casos novos por magistrado no último triênio.
- b) população mínima de 25.000 habitantes, eleitorado igual ou superior a 8.000 eleitores inscritos e estimativa de distribuição de casos novos igual ou superior a 50% da média de casos novos por magistrado no último triênio.
- c) população mínima de 12.000 habitantes, eleitorado igual ou superior a 8.000 eleitores inscritos e estimativa do dobro de distribuição de casos novos igual ou superior a 50% da média de casos novos por magistrado no último triênio.
- d) população mínima de 15.000 habitantes, eleitorado igual ou superior a 10.000 eleitores inscritos e estimativa de distribuição de casos novos igual ou superior a 50% da média de casos novos por magistrado no último triênio.
- e) população mínima de 12.000 habitantes, eleitorado igual ou superior a 8.000 eleitores inscritos e estimativa de distribuição de casos novos igual ou superior a 60% da média de casos novos por magistrado no último triênio.

24. Acerca da organização do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir:

- I - Cada Turma Recursal é composta por três juízes de direito de entrância final, denominado Juiz de Turma Recursal,
- II - A Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Norte, em primeiro grau, com jurisdição em todo o Estado e com sede na Capital, é composta por um Colegiado denominado Auditoria Militar, formado por um Juiz de Direito de entrância final, que o presidirá, e pelo Conselho de Justiça Militar.
- III - Em segundo grau, as funções afetas à Justiça Militar serão exercidas pelo Superior Tribunal Militar (STM).
- IV - A carreira da Magistratura Estadual é constituída, em primeira instância, por Juízes Especiais, Juízes de Direito de entrância final, Juízes de Direito de entrância intermediária, Juízes de Direito de entrância inicial e Juízes de Direito Substitutos.
- V - Nas comarcas com mais de um Juiz de Direito titular ou designado, a direção do foro é exercida por aquele que o Presidente do Tribunal de Justiça designar.

Está correto o que se dispõe em:

- a) I, II, IV e V
- b) I, II e V
- c) II, III e IV
- d) IV e V
- e) I, III e V

25. Conforme consignado na LC 715 de 2022, assinale a opção incorreta.

- a) Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 (quarenta) horas e observados os limites mínimo e máximo de 06 (seis) a 08 (oito) horas diárias, respectivamente.
- b) Os servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte poderão cumprir sua jornada de trabalho mediante regime presencial, remoto ou híbrido, a ser disciplinado por meio de Resolução específica editada por Órgão Plenário do Tribunal.
- c) O cômputo do tempo de serviço público prestado a outros poderes ou entidades da administração pública direta ou autarquias e fundações públicas do Estado do Rio Grande do Norte, após o estágio probatório. A soma do tempo de serviço de 05 (cinco) até 09 (nove) anos corresponderá a um padrão quando este somatório for superior a 09 (nove) anos corresponderá a 02 (dois) padrões
- d) Excepcionalmente, poderá ser contato, o tempo de serviço prestado a outros poderes ou entidades da administração pública direta ou autarquias e fundações públicas, para efeito de hierarquização, nos 04 (quatro) padrões finais do quadro de progressão funcional.
- e) Os servidores investidos em cargos públicos de provimento em comissão poderão ter substitutos designados pelo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte. O substituto fará jus à retribuição pelo exercício das atribuições do cargo público de provimento em comissão, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, por período igual ou superior a 10 (dez) dias, paga na proporção dos dias de efetiva substituição

26. Na Lei estadual, o avanço do servidor de uma classe para a seguinte na categoria funcional é denominado de

- a) ascensão.
- b) promoção.
- c) elevação.
- d) progressão.
- e) reclassificação.

27. Rodolfo, servidor público estável, ocupante de cargo de provimento efetivo em determinada estrutura de poder do Estado, almejava realizar uma viagem ao redor do mundo que teria longa duração. Por tal razão, decidiu requerer a concessão de licença para trato de interesses particulares.

À luz dos balizamentos estabelecidos na Lei Complementar Estadual nº 122/1994, a licença almejada por Rodolfo pode se estender pelo prazo inicial máximo de:

- a) um ano, durante o qual o servidor não receberá remuneração, não havendo direito subjetivo ao seu deferimento, o que ocorre a critério da administração;
- b) um ano, durante o qual Rodolfo receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço, devendo eventual negativa da administração estar fundamentada no interesse público;
- c) três anos, não havendo direito subjetivo ao seu deferimento, o que ocorre a critério da administração;
- d) dez anos, durante o qual não receberá remuneração, não havendo direito subjetivo ao seu deferimento, o que ocorre a critério da administração;
- e) dez anos, durante o qual Ingo receberá remuneração proporcional ao tempo de serviço, devendo eventual negativa da administração estar fundamentada no interesse público.

28. Com base na Lei Estadual nº 122/1994, a respeito da reintegração de servidor injustamente demitido, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O servidor terá direito de voltar ao cargo, mas sem direito à indenização por todo o período em que esteve fora do cargo.
- b) A reintegração é realizada no cargo anteriormente ocupado pelo servidor ou no resultante da sua transformação.
- c) Caso o cargo que o servidor ocupava tenha sido extinto, o servidor passará a ocupar cargo equivalente.
- d) A reintegração é realizada no cargo anteriormente ocupado e na impossibilidade, será posto em disponibilidade.
- e) Se no momento da reintegração o cargo estiver ocupado, o servidor que o estiver ocupando será reconduzido.

29. Acerca da organização do Tribunal de Justiça, assinale a opção correta

- a) São cargos de direção do Tribunal de Justiça os de Presidente, 1º Vice-Presidente, 2º Vice-presidente e Corregedor-Geral de Justiça, os quais serão eleitos na forma deste Regimento.
- b) Os mandatos dos Membros do Conselho da Magistratura, Presidente da Seção e das Câmaras Cível e Criminal, Ouvidor de Justiça, Diretor Escola da Magistratura e Diretor da Revista do Tribunal serão de 2 (dois) anos, permitida a reeleição para o período imediato.
- c) Os Desembargadores eleitos para os cargos de Presidente do Tribunal e Corregedor-Geral de Justiça ficam desvinculados dos Órgãos Fracionários durante o mandato.
- d) Os procuradores terão assento à esquerda do Presidente e usarão capa ou beca.
- e) Compete ao Tribunal de Justiça, dar publicidade a seus precedentes, organizando-os por matéria jurídica decidida e divulgando-os, preferencialmente, na rede mundial de computadores.

30. Segundo o Regimento Interno, assinale a opção correta acerca dos acórdãos.

- a) Lavrado o acórdão, sua ementa será publicada no órgão oficial no prazo de 5 dias.
- b) Quando o Relator for vencido, será designado para redator do acórdão o Desembargador mais antigo do colegiado.
- c) Transitado em julgado o acórdão, a Secretaria do Tribunal, independentemente de despacho, providenciará a baixa dos autos ao Juízo de origem, no prazo de cinco dias
- d) O voto vencido será necessariamente declarado e considerado parte integrante do acórdão para todos os fins legais, exceto de pré-questionamento.
- e) O acórdão, redigido pelo Secretário da sessão, será devidamente fundamentado, devendo conter a ementa, o relatório, os fundamentos, os dispositivos e a data da sessão em que se concluiu o julgamento.

31. Acerca da organização do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, julgue os itens a seguir:

I - O Núcleo de Orientação e Acompanhamento aos Usuários e Dependentes Químicos (NOADE) é vinculado à Presidência do Tribunal de Justiça e tem atuação em todo o Estado do Rio Grande do Norte.

II - Na hipótese de declaração de extinção de comarca, o Tribunal de Justiça deverá instalar postos de atendimento descentralizados para o fim de ajuizamento de ações, recebimento e remessa de petições, atermção de ações, realização de audiências, atendimento ao público em geral, inclusive para prestação de informações, dentre outras atividades complementares, havendo a necessidade de deliberação pelo Tribunal Pleno, ressalvada ainda a possibilidade da devida instalação dos CEJUSCs consoante disciplinamento do Código de Processo Civil.

III - Os Juízes de Direito Auxiliares, enquanto não ocorrer a integral vacância dos cargos, atuam, por designação do Presidente do Tribunal de Justiça, perante qualquer unidade judiciária, com jurisdição parcial ou plena, com prévia e expressa anuência de sua parte quando a designação ocorrer para comarcas do interior.

IV - A Corregedoria-Geral de Justiça disponibilizará militares para segurança e proteção dos magistrados e servidores atuantes na Unidade Judiciária de Delitos de Organizações Criminosas, sem prejuízo de requisição à autoridade competente, e terá suas atividades apoiadas por setor de inteligência

V - Os serviços notariais e de registros públicos são exercidos, em todo o Estado, por delegação do Poder Público. A delegação é concedida pelo Tribunal de Justiça, mediante ato do Presidente, por livre nomeação e exoneração.

Está correto o que se dispõe em:

- a) I, II, IV e V
- b) I, II e V

- c) I, II e III.
- d) III, IV e V
- e) II, III e V

32. Acerca da organização do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, consoante disposto em sua lei de organização judiciária, assinale a opção correta.

- a) Os serviços auxiliares da justiça são constituídos unicamente em unidades judiciárias.
- b) Os serviços judiciais compreendem as Secretarias e Unidades Judiciárias do Tribunal de Justiça, as Secretarias das Unidades Judiciárias do primeiro grau e as direções dos foros.
- c) Será g considerado feriado forense o período compreendido entre 20 de dezembro e 20 de janeiro.
- d) Não g é permitida a acumulação de férias de magistrados.
- e) O subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça corresponde a 95% do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

33. Segundo o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos do Estado, a distribuição dos servidores nas repartições em que devam ter exercício é chamada de:

- a) Organização.
- b) Lotação.
- c) Nomeação.
- d) Deslocamento.
- e) Posse.

34. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, são atribuídas aos servidores todas as gratificações e adicionais. Segundo o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Estado, não constitui adicional

- a) por tempo de serviço.
- b) pelo exercício de atividade penosa, insalubre ou perigosa.
- c) por serviços extraordinários.
- d) férias.
- e) moradia.

35. Segundo o Regimento Interno do TJ-RN, a alteração do número de Desembargadores depende de proposta aprovada por

- a) Unanimidade dos membros do Tribunal
- b) Maioria Simples dos membros do Tribunal
- c) Maioria Absoluta dos membros do Tribunal
- d) 3/5 dos membros do Tribunal
- e) 2/3 dos membros do Tribunal

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Emerson Bruno

36. Segundo a Constituição Estadual, NÃO constitui fundamento do Estado do Rio Grande do Norte:

- a) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- b) a dignidade da pessoa humana;
- c) a soberania do Estado e seus Municípios;
- d) a cidadania;
- e) o pluralismo político.

37. Theobaldo é Defensor Público no Estado do Rio Grande do Norte. Diante da necessidade de obter a relação nominal dos presos, dela constando a pena de cada um e o início de seu cumprimento, cogita peticionar perante o poder executivo para obter tal informação. A ação de Theobaldo:

- a) é constitucional, visto que somente a Defensoria Pública está legitimada a obter tal informação.
- b) é desnecessária, visto que o Poder Judiciário, pelo Juízo das Execuções Penais, publica, semestralmente, relação nominal dos presos, fazendo constar a pena de cada um e o início de seu cumprimento.
- c) é desnecessária, visto que o Ministério Público, pela Promotoria especializada em Execuções Penais, publica, semestralmente, relação nominal dos presos, fazendo constar a pena de cada um e o início de seu cumprimento.
- d) é desnecessária, visto que a Polícia Civil, pela Delegacia especializada em Execuções Penais, publica, semestralmente, relação nominal dos presos, fazendo constar a pena de cada um e o início de seu cumprimento.
- d) é imprescindível, visto que a Defensoria especializada precisa da relação nominal dos presos para o acompanhamento da execução penal.

38. De acordo com a Constituição Estadual, NÃO é órgão do Poder Judiciário do Rio Grande do Norte.

- a) Os Juízes de Paz.
- b) O Tribunal de Contas do Estado.
- c) O Conselho de Justiça Militar.
- d) Os Tribunais de Júri.
- e) Os Juizados Especiais;

39. De acordo com a Constituição Estadual, processar e julgar originariamente os membros do Ministério Público Estadual é uma competência:

- a) do Tribunal do Júri nos crimes dolosos contra a vida.
- b) do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Norte.
- c) do Juiz de Direito da Comarca da Capital.
- d) do Tribunal de Justiça com seus 15 Desembargadores.
- e) do Tribunal de Justiça através de seu Órgão Especial.

40. Duília é Juíza na Comarca de Mossoró/RN. Após comportamento tido como inapropriado por religiosos, moradores e lideranças políticas locais, a magistrada sofre representação junto aos órgãos de controle do Poder Judiciário. De acordo com a Constituição Estadual, por interesse público, poderá ocorrer:

- a) a remoção compulsória da magistrada, desde que tomada por maioria absoluta do TJRN ou do Conselho Nacional de Justiça.
- b) nada, pois Duília é detentora da garantia da inamovibilidade.
- c) a aposentadoria compulsórias da magistrada, desde que tomada por decisão de dois terços do TJRN.
- d) a remoção compulsória da magistrada, desde que tomada por dois terços do TJRN ou do Conselho Nacional de Justiça.
- e) nada, pois Duília é detentora da garantia da vitaliciedade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

41. O Governo do Paraguai ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município de Foz do Iguaçu, no Paraná, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina de Itaipú. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

42. A respeito dos direitos políticos, nos termos fixados pela Constituição Federal e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, julgue as assertivas abaixo e, em seguida, indique a alternativa correta.

- I. Conquanto não se admita no Brasil o sufrágio censitário, o capacitário é permitido pela Constituição Federal.
 - II. O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para todos os brasileiros alfabetizados maiores de 18 anos de idade.
 - III. A condenação por improbidade administrativa provoca a perda dos direitos políticos.
 - IV. A lei que alterar o processo eleitoral só entrará em vigor um ano após a sua publicação.
- a) Todas as assertivas estão corretas.
 - b) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
 - c) Todas as assertivas estão incorretas.
 - d) Apenas a assertiva IV está correta.
 - e) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

43. Lei de determinado estado da federação dispôs sobre a aceitação, no estado, de diplomas expedidos por Universidades estrangeiras. A respeito do tema, consoante entendimento do Supremo Tribunal Federal e de acordo com o texto da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.

- a) A lei estadual é formalmente inconstitucional, por invasão da competência privativa da União para fixar as diretrizes e bases da educação nacional.
- b) A lei estadual é constitucional, porque a competência para legislar sobre educação e ensino é concorrente.
- c) O estado Alfa só poderia exercer a competência suplementar sobre a matéria.
- d) A lei estadual é constitucional, mas a superveniência de lei federal sobre a matéria suspenderá a eficácia da lei estadual no ponto contrário.
- e) A lei estadual é constitucional, porque compete aos estados legislar sobre assunto de interesse regional.

44. Compete aos Municípios:

- a) o que não for competência da União e nem dos Estados, de forma que sua competência é residual.
- b) explorar diretamente, ou mediante concessão ou permissão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- c) suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- d) explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços o aproveitamento energético dos cursos de água, em articulação com os Estados onde se situam os potenciais hidroenergéticos.
- e) legislar privativamente sobre ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação.

45. Acerca do Poder Judiciário, aponte a alternativa correta.

- a) A regra do quinto constitucional é aplicada na composição dos Tribunais Regionais Federais, Tribunais de Justiça, Tribunais do Trabalho e Superior Tribunal de Justiça.
- b) No âmbito estadual, o Presidente do Tribunal de Justiça, com a aprovação do Tribunal, encaminha a proposta orçamentária, dentro dos limites estipulados conjuntamente com os demais Poderes na lei de diretrizes orçamentárias, ao Poder Executivo. Caso a proposta não seja enviada no prazo legal, o Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente.
- c) Os Estados que quiserem, mediante proposta do Tribunal de Justiça, por meio de lei, poderão criar a Justiça Militar estadual, constituída em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, por Tribunal de Justiça Militar.
- d) Ressalvada a competência da Justiça Eleitoral, compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público estadual e do Distrito Federal e Territórios, nos crimes comuns e de responsabilidade.
- e) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o crime político.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

46. Considerando que João, servidor público comissionado no Tribunal de Justiça do Estado Beta, foi condenado pela prática de ato de improbidade por ter adquirido, injustificadamente, para si, no exercício do cargo, bens de valor desproporcional à sua renda.

Neste caso, pode-se concluir que pode ser aplicada a João a(s) sanção(ões) de:

- a) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 12 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial indevido e perda da função pública.
- b) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 10 anos, multa equivalente a no máximo 3 vezes o valor do acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- c) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, entre outras.
- d) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, as quais não dependem da rejeição de suas contas por órgãos de controle.
- e) Perda dos bens acrescidos ilicitamente, suspensão dos direitos políticos por até 14 anos, multa equivalente ao acréscimo patrimonial e perda da função pública, sendo que sua efetivação não dependerá do trânsito em julgado da condenação.

47. Analise os itens a seguir sobre o processo administrativo (Lei federal 9.784/1999 e Lei estadual complementar 303/2005) e assinale a alternativa correta.

- a) A desistência do interessado prejudica o prosseguimento do processo administrativo.
- b) A revisão do processo administrativo poderá implicar agravamento da sanção.
- c) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados.
- d) O comparecimento do administrado não supre as irregularidades de intimação efetivada em desacordo com as regras legais.
- e) Após o término da etapa de instrução, um órgão da administração estadual tem o prazo de até sessenta dias para decidir sobre o processo administrativo, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada pelo agente e aprovada pelo Titular do órgão ou entidade da Administração Pública.

48. No interior da penitenciária potiguar Beta, o detento João veio a falecer em razão de agressão física sofrida durante rebelião provocada por um colega de cela, chamado José. Neste caso, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, o Estado do Rio Grande do Norte

- a) responde pelo falecimento, desde que seja comprovada a omissão dolosa dos agentes penitenciários responsáveis e o respectivo nexo de causalidade.
- b) não responde pelo falecimento, em razão de a conduta ter sido praticada por um terceiro, José.
- c) responde pelo falecimento, desde que seja comprovada a falha do serviço prisional sob responsabilidade do Estado.
- d) não responde pelo falecimento, visto que nesta situação presume-se que o detento possuía comorbidade prévia, afastando o nexo de causalidade entre o falecimento e a omissão estatal.
- e) responde objetivamente pelo dano causado, porquanto o Estado havia assumido dever específico de proteção do detento.

49. No que se refere aos critérios de julgamento previstos na Lei 14.133/2021, assinale a alternativa correta:

- a) O “maior retorno econômico” deve ser utilizado exclusivamente em contratos de efetividade.
- b) O julgamento por melhor técnica ou conteúdo artístico considerará exclusivamente as propostas técnicas ou artísticas apresentadas pelos licitantes.
- c) A utilização isolada do modo de disputa aberto será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.
- d) Na adoção de técnica e preço, admite-se proporção máxima de 70% de valoração para a proposta de preços.
- e) O julgamento pelo maior desconto terá como referência os preços específicos dos objetos licitados.

50. Em relação ao Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Rio Grande do Norte (Lei complementar estadual nº 122/1994), é INCORRETO afirmar que:

- a) O ocupante de cargo de provimento efetivo fica sujeito a 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, salvo se a lei estabelecer duração diversa.
- b) Não pode reverter o aposentado que tiver completado 70 (setenta) anos de idade .
- c) O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo em comissão ou função de direção ou chefia, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.
- d) O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 5% (cinco por cento) por quinquênio de serviço público efetivo, até o limite de 07 (sete) quinquênios, incidindo sobre o vencimento.
- e) Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por 45 dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

DIREITO CIVIL*Paulo Sousa*

51. Em relação à Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Dec.-Lei nº 4.657/42), é correto afirmar que:

- a) a lei do país em que nascida a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família;
- b) o penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver sido constituída a dívida;
- c) para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que domiciliados os seus proprietários;
- d) para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se executarem;
- e) a obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

52. São relativamente incapazes

- a) os menores de dezesseis anos.
- b) os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- c) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- d) os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo
- e) os indígenas.

53. O prazo para a Administração Pública cobrar o particular por algum dano ocasionado a um prédio público é de:

- a) três anos, por ser questão de indenização por danos materiais;
- b) cinco anos, por ser dívida líquida constituída em autuação, que é documento público;
- c) cinco anos, por aplicação de previsão expressa em legislação específica;
- d) cinco anos, por aplicação analógica do prazo prescricional que se aplica no caso de ação de indenização contra a Fazenda Pública;
- e) um ano.

LEGISLAÇÃO CIVIL*Géssica Ehle*

54. Nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), julgue os itens abaixo.

- I. A Lei aplica-se a qualquer operação de tratamento realizada por pessoa natural ou por pessoa jurídica, e tem como objetivo conferir proteção aos direitos fundamentais de ambas.
- II. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais não se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos.
- III. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer quando o titular ou seu responsável legal consentir.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) I e III
- d) II e III
- e) Todas as alternativas

55. Paula Maria logrou êxito em concurso público para o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, tornando-se servidora pública no ano de 2020. Já em seu período de estágio probatório, foi apontada como autora de uma infração disciplinar, restando como parte em um processo administrativo disciplinar.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146/2015), Paula Maria

- a) terá isenção de custas e seu processo correrá em rito ordinário, sem qualquer preferência sobre os demais.
- b) será beneficiária do atendimento prioritário para a distribuição preferencial do processo, unicamente.
- c) receberá atendimento prioritário durante a tramitação de todo o processo, em quaisquer atos e diligências.
- d) não terá qualquer tratamento dissonante no que diz respeito à tramitação do processo, à luz da igualdade material.
- e) terá direito ao atendimento prioritário na tramitação de seu processo se fizer requerimento formal à comissão composta para apreciar o PAD.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Rodrigo Francelino

56. Renato foi até a concessionária da cidade onde reside e lá assinou um contrato de compra e venda do veículo gol, plus ano 2022, o único produzido no Brasil. Segundo o contrato, o pagamento ocorreria na data de sua celebração e o veículo seria entregue em 30/10/2022. Na data acordada, o vendedor da concessionária comunica a Renato que não poderá entregar o veículo objeto do contrato. Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) Devido ao contrato já firmado, Renato terá que aceitar outro veículo, a ser escolhido pela concessionária.
- b) Apenas se houver previsão contratual é que Renato poderá recusar outro veículo ofertado pela concessionária.
- c) Renato é obrigado a receber outro veículo.
- d) Devido ao contrato já firmado, a concessionária terá que arcar com outro veículo, desde que seja de valor superior.
- e) Renato poderá rescindir o contrato, com direito à restituição de quantia eventualmente antecipada, monetariamente atualizada, e a perdas e danos.

57. Assinale a opção correta quanto a contagem do prazo para sanar vício de produtos de que trata o Código de Defesa do Consumidor:

- a) A contagem do prazo de 90 dias de que trata o art. 18, §1º, da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, inicia-se com a compra do produto.
- b) A contagem do prazo é de 30 dias, conforme descreve o art. 18, §1º, da Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.
- c) O prazo supramencionado não é suspenso com a entrega do produto ao consumidor após sanado o vício.
- d) Caso o produto apresente vício novamente, o prazo de que trata esta Lei inicia-se novamente, por mais 30 dias, devendo o vício ser sanado.
- e) A contagem do prazo é de 90 dias, para bens duráveis conforme descreve o art. 26, do Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

58. Acerca das normas fundamentais, na estruturação conferida pelo Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Não se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida. Entretanto, há algumas hipóteses em que não se aplica; dentre elas, a de tutela provisória de urgência
- b) Os juízes e os tribunais atenderão, obrigatoriamente, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão.
- c) Não cabe ao Estado promover a solução consensual dos conflitos.
- d) Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito, sendo vedada a arbitragem.
- e) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do

59. O Código de Processo Civil estabelece que todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. De acordo com o Código de Processo Civil, esse é o conceito do:

- a) Princípio da Isonomia.
- b) Princípio da Inércia.
- c) Princípio da Inafastabilidade do Controle Judicial.
- d) Princípio da boa-fé processual.
- e) Princípio da Cooperação.

60. Acerca do litisconsórcio, assinale a alternativa correta:

- a) O requerimento de limitação do litisconsórcio suspende o prazo para manifestação ou resposta, que será devolvido da intimação da decisão que o solucionar.
- b) O litisconsórcio será necessário quando, pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir o mérito de modo uniforme para todos os litisconsortes.
- c) A sentença de mérito, quando proferida sem a integração do contraditório, será ineficaz, se a decisão deveria ser uniforme em relação a todos que deveriam ter integrado o processo.
- d) Os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário, caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar.
- e) Cada litisconsorte tem o direito de promover o andamento do processo, e a intimação de um supre a dos demais.

DIREITO PENAL*Renan Araújo*

61. Desejando matar Danúbia, Arno desferiu cinco tiros contra a vítima. Acreditando que Danúbia já estaria morta, Arno tenta esconder o corpo, dirigindo-se a uma ponte da cidade. Lá, joga o que acredita ser o corpo morto de Danúbia no rio. Seis dias depois o corpo de Danúbia é encontrado e a perícia aponta que Danúbia morreu em razão de traumatismo craniano, decorrente do impacto da cabeça da vítima na pilastra da ponte, eis que ainda se encontrava viva quando foi jogada da ponte por Arno.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Arno responder por homicídio doloso consumado.
- b) dolo geral ou dolo por erro sucessivo, devendo Arno responder por dois crimes: homicídio tentado e homicídio culposo.
- c) dolo eventual, devendo Arno responder por homicídio consumado.
- d) dolo direto de segundo grau, devendo Arno responder por dois crimes: homicídio tentado e homicídio culposo.
- e) dolo de consequências necessárias, devendo Arno responder por homicídio doloso consumado.

62. Durante uma discussão em uma partida de futebol, Igor, meio-campista e camisa 10 do time “Bola de Ouro”, irritado com as constantes pancadas que levava de Betão, zagueiro do time “Rua de Baixo”, dirigiu-se a este com palavras ofensivas, chamando-o de “bandido”, “safado” e “corno”, fato este presenciado por mais de 30 pessoas.

Nesse caso, a conduta de Igor configura:

- a) crime de injúria, apenas, sem majoração.
- b) crimes de injúria e calúnia, com aumento de pena de um terço.
- c) crime de calúnia, apenas, com aumento de pena de um terço.
- d) crime de difamação
- e) crime de injúria, apenas, com aumento de pena de um terço.

LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL*Alexandre Herculano*

63. Nos termos do Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/2003), a conduta de emprestar a terceiro arma de fogo, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, configura o crime de

- a) empréstimo ilegal de arma de fogo.
- b) porte ilegal de arma de fogo.
- c) omissão de cautela.
- d) comércio ilegal de arma de fogo.
- e) tráfico ilegal de arma de fogo.

64. Analise as afirmativas abaixo com fundamento na Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1977, que define os crimes de tortura e dá outras providências.

1. Aumenta-se a pena do crime de tortura de um sexto até um terço se o crime é cometido mediante sequestro.
2. A pena para o crime de tortura, quando resulta morte, é de reclusão de oito a doze anos.
3. O crime de tortura é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
4. O condenado por crime de tortura, quando resulta lesão corporal de natureza grave ou gravíssima, iniciará o cumprimento da pena em regime fechado.
5. Aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena de detenção de um a quatro anos.

Assinale a alternativa que indica todas as afirmativas corretas.

- a) São corretas apenas as afirmativas 1, 3 e 5
- b) São corretas apenas as afirmativas 1, 2, 4 e 5.
- c) São corretas apenas as afirmativas 1, 3, 4 e 5.
- d) São corretas apenas as afirmativas 2, 3, 4 e 5.
- e) São corretas apenas as afirmativas 2 e 5.

65. Segundo a Lei nº 8.072/90, é considerado crime hediondo, EXCETO:

- a) extorsão mediante sequestro e na forma qualificada
- b) roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima
- c) furto de explosivo ou de artefato análogo
- d) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável
- e) o crime de organização criminosa, quando direcionado à prática de crime hediondo ou equiparado.

LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

66. A respeito de inquérito policial, assinale a assertiva correta.

- a) O inquérito policial é indispensável para a propositura da ação penal.
- b) O inquérito, nos crimes em que a ação pública depender de representação, poderá sem ela ser iniciado.
- c) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito em casos que verificar a presença de excludentes de ilicitude.
- d) O inquérito policial, caso venha a ser arquivado com base na falta de justa causa, poderá vir a ser desarquivado diante do surgimento de novas provas, tendo em vista que este arquivamento faz somente coisa julgada formal.
- e) O inquérito deverá terminar no prazo de 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

67. Segundo o Código de Processo Penal, nos casos em que somente se procede mediante queixa, será considerada perempta a ação penal, EXCETO:

- a) quando, sendo o querelante pessoa jurídica, esta se extinguir sem deixar sucessor.
- b) quando, falecendo o querelante, ou sobrevivendo sua incapacidade, não comparecer em juízo, para prosseguir no processo, dentro do prazo de 90 dias, qualquer das pessoas a quem couber fazê-lo.
- c) quando o querelante deixar de comparecer, sem motivo justificado, a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- d) quando, iniciada esta, o querelante deixar de promover o andamento do processo durante 30 dias seguidos;
- e) quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.

68. A respeito do procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a alternativa correta

- a) O procedimento será concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- b) Contra a sentença de impronúncia ou de absolvição sumária caberá recurso em sentido estrito.
- c) Nenhum ato será adiado, salvo quando imprescindível à prova faltante, e nesse caso, o juiz não poderá determinar a condução coercitiva de quem deva comparecer.
- d) O desaforamento não poderá ser determinado em razão de comprado excesso de serviço.
- e) O juiz poderá dar ao fato definição jurídica diversa da constante da acusação, embora o acusado fique sujeito a pena mais grave.

69. A respeito de impedimento e suspeição do juiz, considere os seguintes itens.

- I- O juiz será considerado impedido de atuar no processo se for sócio, acionista ou administrador de sociedade interessada no processo.
- II- Nos júzicos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juizes que forem entre si parentes, consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o segundo grau, apenas.
- III- O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, não funcionará como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) II e III.
- c) apenas I e III.
- d) Apenas II.
- e) Apenas III

70. Tony, após praticar o crime de furto em residência, foi perseguido por policiais militares, em situação que fazia presumir a sua autoria. Os policiais realizaram a prisão após três quarteirões do local do delito. Levando em consideração o caso hipotético, ocorreu o

- a) flagrante propriamente dito.
- b) flagrante assimilado.
- c) flagrante impróprio.
- d) flagrante esperado.
- e) flagrante ficto.

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
